

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

FASUBRA CUT

Insalubridade: Veja as orientações do Sindicato. PÁGINA 2

Recurso suspende corte dos 26,05%

A Reitoria entrou com embargos de declaração contra a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que determinara o corte dos 26,05%. Com o recurso, o corte está suspenso. **PÁGINA 3**

Rosas de sangue

GRUPO realiza performance para denunciar a violência contra as mulheres



8 DE MARÇO. Sob chuva, emoção com arte e combatividade dominaram a manifestação das mulheres no Centro da cidade. **PÁGINA 8**

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL
13 A 17 DE MARÇO | 2018
RESISTIR É CRIAR RESISTIR É TRANSFORMAR
SALVADOR | BA | BRASIL



O Sintufrj QUER SABER!
PÁGINA 2

UFRJ discute intervenção
PÁGINA 5

Assistência estudantil ganha pró-reitoria
PÁGINA 4

Salvador recebe Fórum Social Mundial
PÁGINA 7

Sindicato vai defender o direito à insalubridade dos servidores

O Sintufjr contratou uma assessoria especializada em segurança nos ambientes de trabalho para orientar os servidores contra o corte do adicional de insalubridade de forma linear. A recomendação expressa do Sindicato ao sindicalizado é que, logo que for notificado pela Reitoria sobre o assunto, procure imediatamente o Sintufjr para a elaboração de recurso.

Como se sabe, por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), cerca de 5 mil funcionários da universidade estão ameaçados de perder o direito ao adicional de insalubridade.



Foto: Renan Silva

AGNALDO FERNANDES, o advogado Rudi Cassel, Neuza Luzia, Huascar Filho e Gerly Miceli na assembleia que teve insalubridade como um dos temas principais. Sintufjr contratou assessoria para orientar recursos dos sindicalizados

Numa negociação com a Reitoria, o Sintufjr obteve o compromisso de a Pró-Reitoria de Pessoal encaminhar as notificações de forma gradual, começando pelos hospitais a partir desta segunda-feira, 12, e as unidades acadêmicas a partir da segunda-feira, 19.

Na assembleia geral de quarta-feira, a direção do Sintufjr informou que, com a contratação

da assessoria, está montando uma força-tarefa para receber os sindicalizados. A ideia é, quando for necessário, elaborar contralaudos para contestar laudos oficiais.

Na assembleia, o pró-reitor de Pessoal, Agnaldo Fernandes, disse que a notificação será feita pelo departamento de pessoal das unidades. Segundo ele, é preciso

ficar atento na análise de cada caso, uma vez que o que é levado em conta é a atividade e o ambiente de trabalho, não o cargo. “A pessoa pode ter o cargo de recepcionista, que não tem direito à insalubridade, mas exercer atividade em ambiente insalubre”, deu o exemplo.

O pró-reitor de Pessoal disse que para cada notificação está

sendo montado um processo com o laudo da CPST e que os recursos são individuais.

No caso de servidores que recebem insalubridade, mas não têm laudos, o entendimento do Sindicato é que eles não podem ser penalizados por falta de normas que regulamentassem o direito aos adicionais de insalubridade no serviço público.



O Sintufjr QUER SABER!

O Sintufjr quer saber

Para melhorar sua atuação na garantia de direitos e na prestação de serviços à categoria, a direção do Sintufjr contratou uma empresa especializada para realizar uma pesquisa de campo (com sindicalizados e não sindicalizados) para saber qual é a opinião dos técnicos-administrativos em educação da UFRJ a respeito da atuação político-sindical da entidade.

A pesquisa será realizada por telefone, e serão ouvidas 700 pessoas, número esse que garante uma margem de erro de três por cento (para mais e para menos). As 32 perguntas

serão feitas por uma equipe preparada e experiente na realização da tarefa, cujo cuidado será o de evitar ocupar, além do necessário, o tempo do entrevistado.

Parte das perguntas formuladas pelo pesquisador objetiva formar o perfil da categoria. As demais têm a ver com os serviços oferecidos aos trabalhadores e com os encaminhamentos políticos das questões relacionadas a direitos e reivindicações.

Faça a sua parte

A direção sindical conta com a colaboração

de todos, trabalhadoras e trabalhadores, para que esse investimento dê bons frutos no futuro. Faça a sua parte, companheira e companheiro. Atenda o pesquisador e abra mão de alguns minutos do seu tempo para responder, com a máxima fidelidade, às perguntas.

Pesquisa de campo é o método mais eficaz para se apurar se estamos no caminho certo ou não; se contemplamos as expectativas da categoria; se os serviços oferecidos realmente atendem às necessidades da maioria. Contamos com a sua ajuda, companheira e companheiro, para o sucesso da empreitada.

NOSSOS DIREITOS

Enquanto embargo está sendo avaliado, corte dos 26,05% está suspenso

A Reitoria da UFRJ ingressou com embargos de declaração no Tribunal de Contas da União (TCU), o que suspende a decisão do tribunal, que mandou cortar os 26,05% dos contracheques dos servidores da UFRJ. A medida, que tem efeito suspensivo, foi proposta pela nova assessoria jurídica do Sintufjr.

Desde que recebeu a comunicação da Reitoria sobre a decisão do TCU de mandar cortar o percentual dentro de 30 dias (que começou a ser contado a partir de 27 de fevereiro), a direção do Sintufjr passou a

discutir com a Reitoria saídas para enfrentar a situação.

Além das questões específicas que envolvem a rubrica dos 26,05% - que tem origem nas perdas salariais impostas pelo Plano Verão no fim dos anos 1980 -, o corte do percentual foi interpretado como ações do ambiente golpista de Brasília, que têm os servidores públicos como alvo.

A estratégia da Reitoria e do Sindicato em relação aos 26,05% foi exposta na assembleia geral de quarta-feira, 7. Na ocasião, o advogado responsável pelas ações coletivas do Sindicato, Rudi Cassel,

analisou o quadro e apontou os embargos de declaração como o caminho adequado para reverter a decisão do TCU.

Na assembleia, o pró-reitor de Pessoal, Agnaldo Fernandes, informou que a Reitoria entraria com recurso para sustar o corte, o que foi feito. Na sessão do Conselho Universitário da quinta-feira, 8, a coordenadora-geral do Sintufjr Neuza Luzia fez um relato das ações relacionadas aos 26,05% até aquele momento. O Consuni aprovou moção de apoio à Reitoria pelas iniciativas tomadas no caso.

Fotos: Renan Silva



ASSEMBLEIA. 26,05% foi um dos assuntos dominantes

ENTREVISTA/RUDI CASSEL



‘O efeito suspensivo é automático’

O advogado Rudi Cassel, novo assessor jurídico do Sindicato para as ações coletivas, integra a equipe do escritório Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues, especializado em causas que envolvam servidores públicos. Rudi foi quem propôs, em nome do Sintufjr, à Reitoria entrar com os embargos de declaração no TCU, e dessa forma suspender o corte dos 26,05%.

Jornal do Sintufjr – Os embargos de declaração têm o poder de suspender os cortes dos 26,05%?

Rudi Cassel – Temos sempre que buscar uma solução que seja tecnicamente adequada. No caso, a medida correta são os embargos de declaração, considerando que a origem da implantação dos 26,05% é administrativa. Esses embargos estão previstos em artigo do regimento interno do TCU e, logo que são protocolados, imediatamente suspende o cumprimento da decisão – no caso, o corte dos 26,05%. O efeito suspensivo é

automático, sem necessidade de aguardar qualquer outra decisão. Ou seja, os cortes estarão suspensos antes que ele se concretize nos próximos 30 dias.

JS – E o que acontece agora?

Rudi – Uma vez opostos (os embargos), o órgão colegiado para decidir esse tipo de matéria é o plenário do tribunal, porque as decisões sobre o corte saíram do plenário. Para que chegue ao plenário, é necessário que o assunto seja pautado para julgamento. E isso pode demorar meses ou até anos.

JS – Nesse período em que efeito do recurso suspende o corte dos 26,05%, o que a defesa do Sindicato fará?

Rudi – Um assunto delicado como esse (os 26,05%), que envolve muita gente, merece ser tratado com cuidado. Nesse período vamos realizar uma série de ações, entre as quais audiências com ministros, despachos de memoriais para aclarar posições, que são procedimentos realizados normalmente para

que os interessados mostrem os seus motivos. É isso que faremos.

JS – E se mesmo assim o TCU mantiver a posição de determinar o corte?

Rudi – Aí o caminho é entrarmos com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF).

JS – Como o senhor interpreta a decisão do TCU que havia determinado o corte?

Rudi – Temos que separar aquilo que é decisão do TCU daquilo que é o correto. E, às vezes, cumprimos a determinação do tribunal sem questionar. No caso dos 26,05%, temos dentro do tribunal várias decisões que tem relação com a natureza administrativa do ato que determinou o pagamento dos 26,05%. Ou seja, a origem do ato de incorporação desde 1994 é administrativa. Diante disso, a decadência tem que ser observada pelo TCU.

JS – Decadência?! O que é decadência?

Rudi – Decadência é quando um ato não pode mais ser anulado

pela administração. É assim: você tem um ato que produz efeitos favoráveis para um grupo de pessoas, como no caso em questão. Se esse ato já produziu esses efeitos por mais de 5 anos, ainda que tenha havido uma mudança de interpretação, ele não pode ser alterado. Ora, no caso dos 26,05% são décadas. Reafirmando: a tese do Sindicato é, tendo a ação sua origem administrativa, a decadência tem que ser observada e aplicada pelo TCU.

JS – O fundamento é a origem administrativa do ato que incorporou os 26,05%?

Rudi – Isso é fundamental ser frisado, não há dúvidas. Os embargos de declaração suspendem essa tragédia (corte dos 26,05%), e a decadência, repito, diante da natureza administrativa da incorporação dos percentuais, tem que ser observada.

Confira vídeo com a entrevista de Rudi Cassel em www.sintufjr.org.br

Moção de apoio às ações propostas em relação aos 26,05%

Considerando que o percentual dos 26,05% pago a milhares de servidores da UFRJ compõe a remuneração de pessoal desde 1995, resultado da incorporação por ato administrativo na época.

Considerando as graves consequências sobre a vida de servidores docentes e técnicos-administrativos, caso se efetive a supressão deste percentual, que é parte integrante do patrimônio remuneratório dos servidores.

O Conselho Universitário manifesta seu apoio às ações adotadas pela Administração Superior da UFRJ com vistas a encontrar solução positiva para a questão no sentido de preservação dos direitos dos servidores e coloca-se à disposição para estabelecer interlocução institucional com as instâncias de controle externo, com os mesmos objetivos, em especial, o embargo de declaração protocolado na Secex-RJ (Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro) em 8/3/2018.

Conselho Universitário aprova criação da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis, PR-7

Estudantes comemoram a vitória de uma luta antiga por assistência estudantil permanente na UFRJ

O Conselho Universitário (Consuni), na sessão do dia 8 de março, aprovou a criação da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR-7), uma antiga dívida da Reitoria com o movimento estudantil da UFRJ. A comunidade universitária festejou a conquista. O novo pró-reitor será indicado esta semana e no dia 22 passará pela sabatina do colegiado.

A Pró-Reitoria de Políticas Estudantis é a consolidação de uma trajetória que teve início com as políticas de democratização do acesso, que abriram as portas da UFRJ para uma camada da população antes excluída, mas que necessitava urgentemente do suporte da assistência estudantil para permanecer na universidade.

Conquista histórica

A bancada estudantil no Consuni festejou, emocionada, a conquista do movimento estudantil. Por ser 8 de março, Dia Internacional da Mulher, só as representantes eleitas dos estudantes do sexo feminino ocuparam a bancada no colegiado. Segundo elas, “ninguém ali seria inocente a ponto de achar que a PR-7 resolveria todos os problemas da assistência estudantil na universidade”, mas seria o reconhecimento da importância do tema para a UFRJ. “Esse é o primeiro passo de muitos ainda a se enfrentar, e é fruto de muitas lutas, atos e manifestações”, disse Julia Brandes.

“Hoje já há consenso de que precisamos lutar para que a assistência estudantil permaneça. É um acúmulo histórico chegar neste momento. A UFRJ é uma das quatro últimas universidades federais a

constituir essa pró-reitoria”, destacou o coordenador da Superintendência Geral de Políticas Estudantis (SuperEst), Luiz Felipe Cavalcanti. A PR-7 substituirá a SuperEst.

Momentos de expectativa

Os estudantes ocuparam a sessão do Consuni para pressionar pela aprovação da criação da PR-7. Em forma de jogral, eles apresentaram um histórico das lutas por políticas de assistência estudantil na UFRJ logo após a leitura do parecer das Comissões de Legislação e Normas, Ensino e Títulos e Desenvolvimento pela representante estudantil no colegiado, Julia Brandes. “Apostamos que é um grande passo avançarmos a partir de uma estrutura com as condições necessárias para a formulação do programa de bolsas, de moradia, acesso a alimentação, cultura e esporte e avançarmos cada vez mais no que tange à permanência dos estudantes na universidade pública”, diz o parecer.

O parecer foi aprovado com duas abstenções, para que depois fosse apreciado o destaque sobre a composição de um fórum paritário para discussão das políticas de assistência estudantil. Ao fim do debate, com a caracterização do fórum como instância consultiva (e que poderia, portanto, ser paritário), houve consenso para aprovação da alteração do regimento, aprovado com quatro abstenções.

Marco simbólico

Para o reitor Roberto Leher, a realização daquela sessão no dia internacional de celebração das lutas das mulheres representou um marco simbólico importante. Segundo



TENSÃO termina com explosão de alegria. Estudantes comemoraram a vitória pela conquista da PR-7

ele, com a aprovação da PR-7, as políticas estudantis assumem um novo lugar institucional na UFRJ, passando a compor o núcleo central da administração universitária, permitindo melhor planejamento das atividades e integração com políticas de graduação e pós-graduação.



JULIA BRANDES lê o parecer das comissões do Consuni favorável à nova pró-reitoria

Dia Internacional da Mulher é lembrado no colegiado

O Dia Internacional da Mulher, 8 de março, foi marcado por emocionadas manifestações na sessão do Conselho Universitário, realizada na mesma data. Conselheiras destacaram a luta das trabalhadoras por direitos iguais, por leis e políticas públicas e pelo fim da violência contra a mulher. Dois manifestos foram lidos durante o expediente.

“As mulheres foram soldadas invisíveis das revoluções no século XX. Nas ciências e nas artes, nas

fábricas e nas plantações, consolidaram, com seu labor cotidiano e extraordinário, nossas formas de fazer e transformar a vida. Poucos de seus nomes foram para os livros de História, mas a história se faz com mulheres, sempre”, diz o texto (cuja íntegra está no site da UFRJ) lido pela pró-reitora de Extensão, Maria Malta.

“À frente da ciência e do conhecimento, nós, mulheres, ocupamos posição de destaque de forma equânime aos homens, apesar de em muitos casos ser preciso lutar

intensamente contra atitudes misóginas e assédios de todos os tipos (...) Celebremos o Dia Internacional da Mulher por uma UFRJ inclusiva e sem diferença de gênero!”, diz o texto do manifesto da vice-reitora Denise Nascimento e da pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, Leila Rodrigues da Silva, cujo título é “Mulheres à frente da ciência, da arte e dos novos tempos”.

Manifesto do DCE

“Nós continuamos sendo si-

lenciadas nos espaços de trabalho, estudo, convivência. O Brasil continua sendo um dos países que mais mata mulheres no mundo. A cada 11 minutos uma mulher é estuprada, e a cada cinco minutos uma mulher é agredida. Na universidade somos maioria. Mas e no mercado de trabalho? Continuamos ganhando menos que os homens. Continuamos sendo silenciadas e uma minoria nos espaços de poder – é só dar uma olhada ao redor. Continuamos ocupando os

cargos de menor prestígio, e nosso trabalho e esforço podem ser rapidamente reduzidos, basta um homem entrar em cena.

Nós, estudantes, estudantes mães, estudantes negras, somos as mais atingidas com a crise da universidade pública. Com a falta de assistência estudantil, somos as primeiras a ter que nos retirar da universidade – um espaço que, sejamos sinceras, nunca foi feito para ser nosso”, concluíram, em conjunto, as estudantes.

BRASIL

UFRJ discute intervenção

Reunião organizada pelo reitor da UFRJ, Roberto Leher, atraiu sindicatos e movimento social

Foto: Renan Silva

A intervenção militar nas forças de segurança do Rio de Janeiro voltou a ser tema de debate na UFRJ. Dessa vez, numa reunião no campus da Praia Vermelha convocada pelo reitor Roberto Leher, foram discutidas formas de monitoramento das ações policiais sob o comando do Exército.

Além de representantes do Sintufjrj e da Adufrj, o encontro atraiu organizações do movimento social, da sociedade civil e do Legislativo municipal e estadual. Há uma clara preocupação com atos de violência que possam surgir gerados pela lógica militar da intervenção.

A presidente da Adufrj, Maria Lúcia Werneck, fez denúncia de destruição, por vândalos, da faixa fixada no prédio do antigo Canecão, assinada também pelo Sintufjrj, APG e pelo

Andes. A arte reclama uma inversão na intervenção. Em vez de ação militar, arte e educação.

Diretora do Sintufjrj, Joana de Angelis disse que o Sindicato compartilha das preocupações expressas na reunião. A dirigente lembrou que o debate organizado pelo Sintufjrj atraiu uma plateia ampla, o que revela que o tema, hoje, está na ordem do dia das preocupações de setores mais críticos da sociedade.

O viés que prevaleceu no encontro aponta para uma espécie de frente para acompanhar as ações no Rio de Janeiro e suas consequências. A UFRJ, nas palavras de Roberto Leher, se ofereceu como centro aglutinador das várias iniciativas relacionadas ao assunto.

Entre essas iniciativas apresentadas durante a reunião, estavam a



PROTESTO. Na passeata das mulheres, grupo critica intervenção militar no Rio de Janeiro

Comissão Popular da Verdade, com respaldo da Caixa de Assistência dos Advogados, observatórios criados na Câmara Municipal e Assembleia

Legislativa e comissões criadas pela Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro e Movimento Humanos Direitos (MHUD) integrado

por artistas e intelectuais, Associação Brasileira de Juristas pela Democracia e Defensorias Públicas do Estado e da União no Rio de Janeiro.

Universidades preparam cursos sobre 'golpe de 2016'

Foto: Internet

A ideia partiu inicialmente do professor Luís Felipe Miguel, do curso de Ciências Políticas da Universidade de Brasília. O objetivo da disciplina "O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil", proposta por ele, é estudar os "elementos de fragilidade do sistema político brasileiro que permitiram a ruptura democrática de 2016, com a deposição da presidente Dilma Rousseff", conforme informa o programa do curso.

A disciplina virou notícia na semana passada, quando o ministro da Educação, Mendonça Filho, reagiu às notícias sobre a disciplina na UnB e anunciou que acionaria o Ministério Público Federal para apurar suposto "ato de improbidade" por parte do docente.

Ele afirmou que a universidade "não pode ensinar qualquer coisa". Para Mendonça Filho, "se cada um construir uma tese e criar disciplina, as universidades vão virar uma bagunça geral". O ministro também disse que o Brasil é um país democrático e que o impeachment seguiu os ritos legais, de forma que a disciplina nada mais faria que "reverberar a tese petista".

Solidariedade

Apesar da briga comprada com o MEC, a matéria proposta por Luís Felipe Miguel está com a sala lotada e tem fila de espera. Além disso, depois da repercussão do curso da UnB, outras 12 universidades se mobilizaram, criando cursos e projetos de extensão sobre o período, as fases e as consequências do impeachment de Dilma Rousseff.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) definiu que 22 professores vão ministrar uma disciplina homônima. Os docentes envolvidos atuam em diversas áreas, como Sociologia, Economia e Química.

Além da UFBA, a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) também dará um curso de extensão sobre o mesmo tema. Na Universidade de São Paulo (USP), um curso semelhante também será criado.

Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), um grupo de professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) prepara um curso livre sobre o tema. Nessas faculdades, até quem não é aluno da instituição poderá se matricular e acompanhar as aulas.

"Repudiamos as declarações



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Instituição foi pioneira no planejamento do curso

e ameaças do ministro da Educação do governo golpista contra nosso colega da UnB", disse a Unicamp em nota. "Elas são a demonstração cabal de que vivemos em um contexto político autoritário, no qual a máxima autoridade federal no campo educacional infringe a liberdade de cátedra e a autonomia universitária contra um docente e cientista político que apenas cumpre seu dever de ofício: pesquisar, elaborar cursos sobre a realidade e ensinar."

Universidades que pretendem abordar o tema em disciplinas específicas sobre o chamado 'golpe de 2016':

- Universidade de Brasília (UnB);
- Universidade de São Paulo (USP);
- Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);
- Universidade Estadual da Paraíba (UEPB);
- Universidade Federal da Bahia (UFBA);
- Universidade Federal do Amazonas (Ufam);
- Universidade Federal do Ceará (UFC);
- Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF);
- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS);
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
- Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

EXTRAQUADRO

Trabalhadores do Ipub levarão suas demandas à PR-4

Na reunião com a direção do Sintufjr, na quinta-feira, 8, no auditório Henrique Roxo, os 34 extraquadro do Instituto de Psiquiatria da UFRJ (Ipub) indicaram seus representantes para a comissão que discute com a Pró-Reitoria de Pessoal iniciativas para superar a precarização dessa mão de obra na universidade. A comissão já conta com representações dos extraquadro do Hospital Universitário (HU), da Maternidade Escola e do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG).

Os extraquadro do Ipub também passaram a fazer parte da Comissão de Educação do Sintufjr, outra iniciativa da entidade sindical, cuja tarefa é organizar a grade do curso preparatório para concurso com base em editais divulgados pelos órgãos e/ou instituições públicas, além da UFRJ. As aulas serão ministradas de segunda a sexta-feira, das 17h às 19h, no Fundão e em outro local estratégico para atender os que trabalham no campus da Praia Vermelha e nas unidades isoladas.

“A Coordenação de Educação, Cultura e Formação Sindical deve fechar parceria com cursos profissionais, como o Degrau, por exemplo, pois não queremos fazer nada amador, mas bem profissional para obtermos resultados, ou seja, aprovarmos extraquadro em concursos públicos”, disse Gerly Miceli, coordenadora-geral do Sintufjr.

Mas para que essa iniciativa dê certo, frisou Gerly, é necessário



Fotos: Renan Silva

PRIMEIRO momento da reunião reuniu o Sintufjr, a direção do Ipub e os extraquadro

o empenho dos extraquadro e o apoio das direções das unidades. Porque em muitos casos os trabalhadores dependerão de liberações de plantões para frequentar as aulas.

Organização

A diretora e o vice-diretor do Ipub, Maria Tavares Cavalcanti e Márcio Amaral, respectivamente, também participaram da reunião. Eles reafirmaram a importância dos extraquadro para o funcionamento da unidade, que oferece à população atendimento ambulatorial para adultos, idosos, crianças e adolescentes e também dispõe de hospital-dia e de duas enfermarias (uma masculina e outra feminina) com cerca de 100 leitos para internação, e, ainda,

**GERLY** com extraquadro saídos do plantão

de serviços específicos para faixas etárias diferenciadas.

“Já tivemos mais de 200 extraquadro, mas no governo Lula, quando a UFRJ passou a realizar concurso público, eles foram sendo dispensados. Os primeiros a saírem foram os médicos. Fizemos tudo certo, mas outros não”, disse

Marcio Amaral. “Cumprimos a orientação da Reitoria”, acrescentou Maria Tavares.

Mas, para o vice-diretor, atualmente o Ipub conta com extraquadro “além do aceitável”. Ele também se preocupa com a possibilidade de vir a perder alguns profissionais que, segundo ele, são

mais que necessários para os atendimentos prestados aos pacientes pela unidade. “Precisamos ser tratados diferenciados pelo crédito do passado, e há extraquadro que são insubstituíveis”, frisou.

Tarefas da comissão

As recentes conquistas dos extraquadro, como recebimento do 13º salário, um terço de férias e fim do pagamento de salários abaixo do mínimo, estimularam os trabalhadores do Ipub a decidirem participar da comissão que se reúne duas vezes por mês com a Pró-Reitoria de Pessoal para tratar das demandas do segmento, e da Comissão de Educação do Sintufjr para montar curso preparatório para concursos públicos.

“Com esta organização, conquistas importantes têm ocorrido dentro da precariedade que é a situação dos extraquadro. Nas reuniões com a Reitoria, vocês poderão tratar de demandas específicas, além das gerais do segmento”, orientou Gerly.

Dentre as reivindicações que os trabalhadores do Ipub discutirão com o pró-reitor de Pessoal estão: autorização para que façam suas refeições no bandeirão da Praia Vermelha ao preço cobrado para os estudantes (R\$ 2,00) – os extraquadro do HU já usufruem o Restaurante Universitário, no Fundão, nas mesmas condições –, vale-transporte e que o RH da unidade seja orientado a encaminhar as informações necessárias ao pagamento de férias e 13º salário.

Sibi homenageia bibliotecários

Os bibliotecários das 45 unidades da UFRJ foram homenageados na sexta-feira, 9, pelo Sistema de Bibliotecas e Informação (Sibi) com atividades que proporcionaram horas agradáveis de convivência entre os profissionais. A intenção dos organizadores do evento foi exatamente essa, pois são poucas as oportunidades para que isso ocorra entre esses valerosos companheiros. Muitos nem se conhecem pessoalmente, embora trabalhem no mesmo local.

O Dia do Bibliotecário é comemorado em 12 de março, mas, em virtude do calendário acadêmico, que estabeleceu a data para o início das aulas, o Sibi antecipou a comemoração. A programação festiva foi iniciada com café da manhã, seguido de oficina artesanal, feira de livros e participação do Espaço Saúde Sintufjr, que ofereceu terapias alternativas e uma aula de zumba.



Sintufri levará delegação ao Fórum Social Mundial

Sob o lema “Resistir é criar, Resistir é transformar”, o Fórum Social Mundial (FSM) 2018, que será realizado entre os dias 13 e 17 de março, em Salvador (BA), discutirá temas que têm a ver com a conjuntura mundial. O Sintufri participará com uma delegação composta de 34 trabalhadores da UFRJ e apresentará três trabalhos.

A novidade desta edição é a união de eixos, lemas e bandeiras com o intuito de contribuir ao processo de mobilização e articulação das resistências entre si, que são abertos e podem ser propostos por redes, plataformas, organizações e movimentos sociais.

O local onde se concentrará a maior parte das atividades será o campus de Ondina, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mas a programação do FSM se desdobrará em vários outros espaços de Salvador. A abertura contará com uma caminhada de Campo Grande à Praça Castro Alves.

Plenária da democracia

Está prevista a realização de uma plenária – “Em defesa da

democracia” –, na tarde do dia 15, no estádio do Pituacu, com a presença do ex-presidente Lula e dos ex-chefes de Estado José Mujica, conhecido como Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai de 2010 e 2015, e José Manuel Zelaya, que governou Honduras entre 2006 e 2009. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso também deve participar do evento. Os presidentes Nicolás Maduro, da Venezuela, e Evo Morales, da Bolívia, também foram convidados, assim como a líder francesa Marine Le Pen.

Assembleia Mundial das Mulheres

Entre os 19 eixos temáticos do FSM, um dos pontos altos será a Assembleia Mundial das Mulheres – contra o machismo, racismo, LGBTfobia e por democracia – no dia 16, pela manhã, com a presença da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT).

O evento tem o intuito de assegurar que as mulheres com outras agendas políticas no Fórum estejam liberadas para debater questões de gênero e outras pautas feministas, como

a criminalização do aborto, o feminicídio, o combate à violência contra a mulher, o machismo, entre outros, trazendo como tema principal “Feminismos e Luta das Mulheres”.

É uma atividade única e exclusiva do Fórum onde se fará ecoar as agendas mundiais de luta do 8 de Março – Dia Internacional da Mulher – no qual se pretende organizar uma frente de ação e articulação internacional em torno de dez pontos inegociáveis na luta das mulheres.

Origem

O Fórum Social Mundial é um evento anual organizado por movimentos sociais de todo o mundo com o objetivo de elaborar alternativas para uma transformação global. Foi idealizado em contraponto ao Fórum de Davos, que reúne a elite capitalista do mundo. Está na sua 16ª edição, sendo que as duas primeiras (2001 e 2002) foram realizadas em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A partir de então se decidiu que seria itinerante, devendo ser sediado em cidades diferentes a cada ano.

Em 2006 foi policêntrico, ou seja, realizado em três cidades distintas (Caracas, Karacki e Bamako), e em 2008 foi descentralizado. Em 2007 o FSM foi na África, e em 2009 retornou ao Brasil, ocorrendo em Belém do Pará. No seu décimo ano, o FSM descentralizou-se em pelo menos 27 eventos espalhados pelo mundo e no Brasil.

Delegação do Sintufri

O Sintufri participará com uma delegação de 34 companheiras e companheiros e apresentará três trabalhos: “Aferição das cotas na UFRJ”; “Genocídio do povo negro no Rio de Janeiro” e “Mulheres negras importam”.

Apresentarão o trabalho “Aferição das cotas na UFRJ” os seguintes companheiros e companheiras: Denise Góes, Vítor Maurício dos Santos Matos, Noemi de Andrade e Rejane Gadelha; Jeferson dos Santos Baquer de Souza, Ivânia Ferreira e Ruy dos Santos, “Genocídio do povo negro no Rio de Janeiro”; e Marta Batista e Luciene Lacerda, “Mulheres negras importam”.

A direção do Sintufri avaliou

No dia 16, a categoria participará do ato público dos SPFs “Em defesa dos serviços públicos, contra as privatizações e as reformas que retiram direitos e pela revogação da EC 95”

que seria enriquecedor a categoria participar do Fórum pela importância do evento, principalmente neste momento tão conturbado da política brasileira, e também para fortalecer o ato dos servidores públicos federais, do qual a Fasubra participara, “Em defesa dos serviços públicos, contra as privatizações e as reformas que retiram direitos e pela revogação da Emenda Constitucional 95, que institui o novo regime fiscal e congela os gastos do orçamento da área social”.

Os critérios definidos pela direção para a composição da delegação foram: estar em dia com o Sindicato; não ter impedimento em função de comportamento antiético em caravanas anteriores; ter trabalho inscrito no FSM; participação no painel “Rio sob intervenção”, promovido pelo Sintufri e nos atos pela democracia.



8 DE MARÇO: DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Mulheres marcham pela liberdade, contra o golpe e exigem o fim da violência

“Igualdade de direitos no trabalho, na vida e na sociedade”

As mulheres saíram às ruas em todo o país na quinta-feira, 8 de março, Dia Internacional da Mulher, tendo como uma de suas bandeiras enfrentar o golpe que está desmontando o Estado brasileiro. As mulheres são as mais impactadas pelas medidas do governo golpista e ilegítimo de Michel Temer. A data, celebrada na maior parte do mundo, motivou greves e vários tipos de protestos. O #MeToo ganhou as redes sociais, numa onda de denúncias de assédio sexual.

No Rio de Janeiro, o 8 de Março foi marcado por ato na Candelária, com caminhada até a Praça XV. Já pela manhã, mulheres de diversos movimentos populares ocuparam o parque gráfico do jornal *O Globo* para denunciar a atuação do grupo Globo de Comunicação no golpe que instalou a instabilidade política no país. As manifestantes chamaram a atenção sobre a articulação da Rede Globo no processo do golpe, desde o impedimento da presidenta Dilma, em 2016, até a perseguição ao presidente Lula, para inviabilizá-lo como candidato numa eleição democrática.

A chuva, que não deu trégua para as manifestantes no Centro do Rio, não foi obstáculo para arrefecer a disposição das centenas de mulheres que participaram da manifestação. A concentração foi às 16h, na Candelária, e mais de duas centenas de mulheres permaneceram no local ouvindo palavras de ordem, denúncias e manifestações políticas de coletivos de mulheres, de movimentos e de representantes de partidos políticos.

Antes do início da caminhada, às 18h, foi lido o manifesto do ato contra a violência, a intervenção militar no Rio de Janeiro, as reformas e pela legalização do aborto. O Sin-

tufrij marcou presença na manifestação com a militância e com uma faixa com a seguinte frase: “Igualdade de direitos no trabalho, na vida e na sociedade” – que também estava nos adesivos distribuídos às manifestantes.

A caminhada pela Avenida Rio Branco foi animada por uma batucada comandada apenas por mulheres, que ao longo do trajeto cantavam paródias musicais tendo como temas o feminismo, o governo golpista de Temer, as reformas, a violência, o aborto, o capitalismo e a liberdade. “Nem recatada/ E nem do lar/ Eu tô na rua/ E as reformas vou barrar”, foi uma das letras que levantou a mulherada.

Fotos: Renan Silva



Este ano, no Brasil, o mês das mulheres é dedicado à intensificação da defesa de seus direitos, da democracia e do combate à desigualdade de gênero em todas as áreas e à violência contra a mulher

Elas deram seu recado

O ato das mulheres no Rio foi diversificado e plural. Vários grupos fizeram performances. Mulheres com pernas de pau carregavam a faixa “Juntas somos fortes”. Um grupo de artistas de preto, com o corpo manchado de vermelho, levou flores bran-

cas com respingos de tinta vermelha para simbolizar a violência contra a mulher. Foram as Rosas de Sangue. Não faltaram mulheres de seios nus, que reafirmavam a liberdade de a mulher utilizar seu corpo conforme sua escolha.

Por volta das 20h a manifestação chegou à Praça XV, onde foi encerrada com rodas de ciranda, jogral reafirmando as bandeiras e reivindicações do movimento das mulheres, muita cantoria, abraços fraternos, e o compromisso de permanecerem juntas na luta.

Sufragistas são homenageadas em Londres

Na Espanha, as mulheres fizeram uma inédita greve de 24 horas contra a discriminação salarial, a violência doméstica e a cultura do machismo no país. Em Londres, que celebra o centenário do direito feminino de votar, um “flash mob” desceu até a Catedral de St. Paul, para uma homenagem às sufragistas (grupo de mulheres britânicas que lutou pelo

direito ao voto no início do século passado).

Em Paris, uma “maratona de edição” organizada pela Unesco convocou voluntários a criar, editar e traduzir páginas da Wikipédia sobre mulheres que influenciaram a ciência, educação, cultura e comunicação. Segundo a Unesco, apenas 17% das biografias na Wikipédia são de mulheres.

Na Argentina, as organizações feministas programaram uma semana de eventos. No dia 8, o grupo #NiUna Menos, que combate a violência contra a mulher, realizou o “orgasmotón”, simbolizando a liberdade do prazer a ser utilizada como arma de rebelião. As argentinas também fizeram um barulhão e uma marcha ao Congresso.

